

Classificação dos governos latino-americanos pelos Estados Unidos*

*James Petras***

Resumo

Este artigo examina a classificação dos governos latino-americanos pelos EUA segundo os critérios de disposição para implementar a agenda neoliberal e a capacidade de obtenção de legitimidade popular para essa política.

O que emerge de entrevistas e conversas com investidores e gerentes de risco, de Wall Street, e autoridades comerciais em Washington, bem como da leitura atenta de relatórios do *Banco Mundial* e do *FMI*, do *Wall Street Journal*, do *Financial Times* e das páginas financeiras do *New York Times* nos primeiros seis meses de 2003, é que há uma hierarquia de preferidos e inimigos entre os governos latino-americanos. Os critérios utilizados para julgar os governos são a disposição para adotar as políticas neoliberais do eixo Wall Street-Washington, a habilidade para implementá-las e para assegurar-lhes legitimidade política.

A avaliação dos países latino-americanos por meio do estabelecimento de categorias mudou nos últimos anos, particularmente onde os governos favoritos foram ineficientes para impor tais políticas ou se isolaram politicamente. Por exemplo, há um ano, ou menos, os presidentes boliviano, Sánchez de Lozada, e peruano, Toledo, e o governo Uribe, na Colômbia, ocupavam alta posição por causa do forte apoio que davam ao livre comércio na América Latina, a seus programas de privatização, compromisso com o pronto pagamento da dívida e o apoio incondicional às intervenções militares de Bush na Colômbia, no Afeganistão e no Iraque.

Este ano eles foram rebaixados, não porque tenham mudado suas políticas, mas porque estão quase privados de apoio político – clientes isolados e desacreditados – de valor limitado na agenda especulativa de Washington e Wall Street.

Os favoritos de Wall Street em 2003

No topo da lista estão os governos do Brasil e do Equador. Embora a maioria dos mais astutos e experientes diplomatas e veteranos do Departamento de Estado dos EUA soubessem, antes da eleição presidencial de 2002, que Lula não era mais uma ameaça radical, nem mesmo um reformista conseqüente, a maioria dos estrategistas de Wall Street e de Washington, surpresa por Lula escolher uma

* Traduzido por Jair Pinheiro e Claudete Pagotto (pesquisadores do NEILS).

** Departamento de sociologia da State University of New York, Binghamton.

equipe econômica liberal ortodoxa, ficou verdadeiramente pasma quando ele começou a impor, vigorosamente, uma completa e radical agenda neoliberal, incluindo a privatização da seguridade social, a redução da aposentadoria dos servidores públicos e a diminuição das exigências para os capitalistas demitirem trabalhadores, além de diminuir os custos da demissão. Uma autoridade de Washington disse-me que é correto o repúdio de Lula e do PT às políticas distributivas keynesianas, o que o fazia lembrar a rejeição de Gorbatchov ao comunismo e a guinada da Europa Oriental para as políticas de Washington, sem coerção nem perdas.

O consenso em Wall Street é que a diferença econômica significativa entre Lula e Bush, é que o presidente brasileiro é um defensor mais conseqüente do livre mercado, do que Bush, ao pedir que Washington reduza suas barreiras comerciais sobre uma lista de produtos protegidos (suco de laranja, aço, têxteis, etc.). O Brasil ocupa, atualmente, a mais alta posição na classificação feita pelas instituições econômicas nos EUA devido a quatro fatores: 1) o que um corretor cínico de Wall Street (antes de esquerda) chamou de “neoliberalismo taleban” de Lula (referindo-se a seu apego dogmático a todo o repertório do FMI de austeridade fiscal ao apelo às multinacionais para combater a pobreza); 2) a implementação imediata e vigorosa de uma agenda neoliberal severa, aliando-se a partidos de direita e enquadrando deputados dissidentes de esquerda do seu próprio partido, que discordavam; 3) o fato de Lula manter uma maioria popular nas pesquisas de opinião e tem sido bem-sucedido em cooptar ou neutralizar a organização sindical de esquerda (CUT) e ignorar as demandas do MST; 4) que Lula continua a impor a agenda do FMI apesar da taxa de crescimento negativa nos primeiros seis meses de 2003.

O segundo presidente mais popular é Lucio Gutierrez, do Equador, que tem reiterado a economia dolarizada, confirmado a base militar dos EUA em Manta, apoiado a intervenção militar dos EUA na Colômbia (Plano Colômbia) e proposto a privatização de indústrias chaves dos setores petrolífero e elétrico. Antes das eleições, Gutierrez era visto em Washington como um tipo particular de oportunista que se pronunciaria a favor de Pinochet ou Castro, dependendo de quem pagasse suas despesas de viagem. Logo após o primeiro turno das eleições, Gutierrez foi a Washington onde foi considerado um “ouvinte dócil”, de acordo com a opinião de uma autoridade de Washington. Eleito, Gutierrez “discursou para os índios mas trabalhou conosco”, segundo um consultor de investimento em petróleo. Em Washington, as autoridades estão satisfeitas que ele, com suas ações, tem dividido de uma vez o forte movimento indígena, cooptando a esquerda Pachacuti, dando-lhes postos ministeriais pouco notáveis (com pouco poder efetivo) e alguns postos políticos menores na administração local.

O movimento indígena CONAIE se encontra ainda mais dividido entre líderes e sua base no que se refere a questão de romperem ou não com Gutierrez, enfraquecendo os esforços para unificar a oposição. O mesmo processo de cooptação ocorre com o poderoso sindicato dos trabalhadores do setor petrolífero. Tudo isso são boas notícias para o *establishment* em Washington, na medida em que o Equador já vira dois presidentes subservientes aos EUA serem derrubados pelo CONAIE e seus aliados dos sindicatos dos setores elétrico e petrolífero.

Pior posicionados na classificação estão os presidentes Fox, do México, Uribe, da Colômbia, e Lagos, do Chile. Todos são dedicados discípulos da agenda neoliberal da ALCA proposta pelos EUA. Vários fatores levaram esses presidentes a perderem posições. Primeiro, Fox tem sido incapaz de impor toda a agenda de privatização dos setores petrolífero e elétrico, que Wall Street promove, e Fox ainda insiste no *quid pro có* da legalização de quatro milhões de trabalhadores mexicanos nos EUA. Segundo, Fox permitiu que o número um preferido de Washington, Jorge Castañeda, fosse desalojado do ministério das relações exteriores. Além disso, Fox não alinou-se a Bush no voto pela invasão do Iraque pelos EUA no Conselho de Segurança da ONU.

Do mesmo modo, Uribe despencou ladeira abaixo por sua falha e incompetência em implementar a guerra de Washington contra a guerrilha e por seu crescente isolamento político e social. Uribe prometeu que militarizaria o país e destruiria a guerrilha. Após mais de um ano de combate, falhou completamente. Fontes do Pentágono dizem que o comando militar de Uribe está mais interessado em confiscar drogas para revender do que se engajar num combate cerrado à guerrilha.

Lagos ainda é bem cotado em Washington, mas com a direita neo-Pinochet ganhando força e a coalizão de Lagos imersa em escândalos de corrupção, discretamente, Washington o tem rebaixado, principalmente após ele embromar sobre a resolução do Conselho de Segurança com relação ao Iraque. Assim, o segundo colocado no ranking tem a virtude, aos olhos de Wall Street, de ser um aliado estratégico, mesmo se sua expressão ocasional de leve dissenso irrita o Pentágono de Rumsfeld.

O terceiro nível positivo na classificação inclui vários dos anteriormente posicionados no primeiro: Batle, do Uruguai, Sanchez de Losada, da Bolívia, e Toledo, do Peru. Batle está administrando um regime falido e estruturalmente corrupto que permanece no poder graças à inércia do sistema político e ao ultralegalismo e à prudência da oposição parlamentar de centro-esquerda. Sánchez de Lozada e Toledo têm menos de 10% de apoio e estão, constantemente, enfrentando uma oposição massiva nas ruas. Eles são completamente ineptos e falta-lhes poder para implementar a agenda de privatização de Wall Street e os programas de Washington de repressão aos plantadores de coca, tal como eles gostariam.

Washington e Wall Street continuam a apoiar esses governos até agora, mas consideram descartá-los se a pressão popular se consolidar. Eles têm, portanto, a escolha de procurar um centrista “responsável” (como Alan Green do APRA, no Peru) para por água na fervura ou uma junta cívico-militar na Bolívia (como pede o embaixador Greenlee) para tomar o poder e “salvar a democracia”, segundo a fórmula de Rumsfeld.

Em posição intermediária no ranking, está o novo presidente argentino, Nestor Kirchner. Washington demonstrou reação negativa à derrota dos seus dois candidatos preferidos de extrema direita (Menem/Murphy) ao enviar um imigrante cubano para a posse do governo Kirchner. Wall Street está alerta para ver como Kirchner encaminha as negociações com o FMI, quando ele vai restaurar o

pagamento da dívida e quanto tempo ele pode manter em ordem e segurança um acordo com a elite financeira e as multinacionais.

Tanto Washington como Wall Street não gostaram da declaração de independência política de Kirchner das elites corporativas e da prioridade dada à integração regional como oposição à ALCA. Mas, tanto os observadores de Wall Street como os profissionais de Washington estão acostumados a uma retórica pós-eleição, populista e nacionalista e aguardam as políticas concretas que Kirchner executará. “Como governador na rica província de óleo de Santa Cruz, Kirchner subsidiou a privatização de uma indústria de petróleo lucrativa, e isto vale para alguma coisa”, disse-me um jornalista da área financeira.

Washington e Wall Street situam Kirchner num quadro no qual não lhe conferem nenhuma classificação, mas com um asterisco sinalizando: “aguardando implementação da agenda política econômica”.

Sob classificações negativas permanecem, nesta ordem: Venezuela e Cuba. Para Washington, a Venezuela está negativa, mas nem tanto para Wall Street. Esta diferença, entre os dois organismos, tem a ver com a política heterodoxa do Presidente Chavez. As dívidas são pagas em dia aos bancos de Wall Street; ele tem sido um fornecedor leal de óleo para os EUA mesmo durante a guerra imperialista; não nacionalizou nenhuma propriedade dos EUA ou impôs redução de tarifas. A equipe econômica neoliberal e suas políticas são vistas como positivas em Wall Street. Entretanto, ele demitiu os mais influenciáveis e corruptos executivos pro-Wall Street da companhia estatal de petróleo, desviando lucros para investimentos em desenvolvimentos internos, em vez do mercado de ações de Nova York, para sustentar as comissões lucrativas das firmas de Wall Street. Ele instituiu controles para limitar fuga de capitais e dos lucros, lícitos e ilícitos, para os bancos dos EUA e para os investidores em propriedades imobiliárias.

Embora haja algumas ambigüidades em Wall Street com relação à performance econômica da Venezuela, em Washington a sua classificação é totalmente negativa, pois Chavez derrotou a CIA dirigida por “agentes” venezuelanos e políticos de Washington – clientes econômicos que por duas vezes tentaram destituir o presidente eleito. Chavez tem tomado posição crítica com relação à guerra dos EUA ao terrorismo, ao Plano Colômbia e à ALCA, em nome da paz, da anti-militarização e da integração latino-americana. Com Chavez, a Venezuela tem mantido a comercialização e as relações diplomáticas com Cuba. Na visão de mundo da dupla Rumsfeld-Wolfowitz, a Venezuela precisa “mudar o governo”.

Cuba está, obviamente, no mais baixo pedestal da classificação de Washington. A administração Bush tem rotulado Cuba como um alvo militar, na medida em que é parte do “eixo do mau”, um alvo militar a ser invadido, não tivesse Cuba a mais bem treinada força armada no Terceiro Mundo, um excelente sistema de segurança e um apoio popular de milhões de cubanos.

Cuba é o inimigo número um porque é uma clara alternativa às colônias neoliberais da região; além de ser a principal força, nas Nações Unidas e nos demais fóruns internacionais, que expressa solidariedade aos movimentos antiglobalização e antiimperialista e opõe-se aos desígnios imperiais dos EUA na

Ásia, no Oriente Médio e especialmente na América Latina. Embora Washington conceda à Cuba a mais baixa classificação, Wall Street ou setores minoritários dos agro-negócios de grande porte nem sempre estão de acordo.

A Câmara de Comércio dos EUA, os principais exportadores agrícolas e os gigantes no transporte de cereais têm dado à Cuba uma classificação econômica positiva no que se refere à sua viabilidade como mercado, na medida em que tem importantes indústrias, turismo, linhas aéreas e serviços.

Conclusão

As classificações dos EUA refletem as mudanças na complexa atuação das forças políticas e sociais no interior da América Latina, bem como o sucesso e os fracassos das políticas de Washington e Wall Street.

Embora os movimentos populares tenham solapado a base de classificação de vários governos subservientes como efetivo instrumento da política dos EUA, em outros casos importantes a guinada à direita de certos líderes políticos populares resultou na inclusão de seus países nos mais altos postos da classificação em Washington.

Em larga medida, a classificação dos governos latino-americanos pelos EUA resulta da política interna e das lutas de classes, da falência das políticas econômicas neoliberais e de lutas entre a intervenção imperial e os movimentos e as nações antiimperialistas. Está claro que, embora Washington e Wall Street coincidam na classificação de muitos casos, há alguns sobre os quais divergem.

Finalmente, no caso de Lula, temos uma situação peculiar sobre a qual a administração Bush-Rumsfeld e os políticos de centro esquerda na América Latina convergem quanto à alta classificação. A avaliação positiva de Washington está baseada nas políticas efetivas de Lula e nas ilusões e expectativas equivocadas da centro-esquerda.